



## **TEIAS ENTRE JORNALISMO E SOCIEDADE NAS NOTÍCIAS SOBRE OS MAIS NOVOS**

**Cristina Ponte**

Universidade Nova de Lisboa, Portugal

### **Introdução**

Esta pesquisa sobre as notícias envolvendo crianças (menores de 14 anos) teve como objectivo estudar o discurso jornalístico como um discurso de selecção, configuração e interpretação da realidade quotidiana, através da cobertura de um dos grupos mais silenciados socialmente mas de grande carga simbólica. Quisemos estudar a produção social e cultural da realidade e a carga política que o discurso jornalístico comporta a partir de notícias frequentemente de parágrafo único, sem assinatura nem imagem, que diríamos também pouco suscitadoras de atenção pela classe profissional, uma vez que o estudo desse material pode contribuir para o conhecimento da interacção entre jornalismo e sociedade, da noticiabilidade e dos “imaginários do jornalismo”, dos processos de circulação, consolidação e transformação de formas e géneros de discurso. Fazemo-lo na perspectiva apontada por Meditsch (2002), de que “o jornalismo é um meio de conhecimento” e de que a questão do conhecimento por si produzido e reproduzido “será demasiado estratégica para a vida de uma sociedade para ser controlada exclusivamente pelos jornalistas como grupo profissional ou pelas organizações onde trabalham”.

Na senda de Michael Schudson (2000), consideramos que investigações centradas na agenda política por parte dos media noticiosos não esgotam o estudo do jornalismo nem a busca de explicação sobre a natureza das notícias. Torna-se necessária uma atenção também às outras notícias, ao que é escolhido fora das zonas iluminadas e de poder do espaço público, ao como, quando e porquê são apresentados sujeitos e temas da penumbra e do anonimato. A cobertura de eventos fora das áreas de maior prestígio e visibilidade iria mostrar registos cruzados e por vezes contraditórios com o que é suposto ser encontrado como notícia tal como



é definida nos manuais de jornalismo e pela investigação académica que privilegia a atenção à agenda política ou às instituições. Neste campo do social de escasso poder de acção e elevada carga simbólica, a pergunta do “porque aparece no jornal” nem sempre é respondida pelos cânones dos critérios “clássicos” da noticiabilidade, pela relação negociada entre promotores e jornalistas ou pela actualidade, relevância pública, conflito ou protagonismo das figuras de elite associadas ao tratamento de outras matérias.

### **Enquadramentos e orientações metodológicas**

Privilegiou-se uma perspectiva humanista no estudo do jornalismo, perspectivando-o enquanto “ciência da criação e da construção, da compreensão e da acção comum”, nas palavras de James Carey (2000). As notícias foram encaradas como produto final visível nas páginas do jornal, nos seus contextos (históricos, institucionais, políticos, económico) e dependentes de processos de produção, onde sujeitos e culturas profissionais são variáveis a integrar.

A pesquisa centrou-se em jornais de informação geral considerados de “qualidade”. Na sua construção ideal, diríamos que deles se espera uma visão alargada do mundo social, onde este seja apresentado pelo prisma da cidadania ou do “interesse comum”, como expressa Victoria Camps (1996), apontando para “aquilo que merece – ou deve merecer – a atenção tanto dos cidadãos como das instituições públicas”. Demos conta de como esse “ideal” esbarra com a contextualização histórica da imprensa em Portugal. Marcada por décadas de censura política, foram negadas condições como a liberdade de expressão e independência política. No entanto, e procurando lidar com a escassez de estudos publicados sobre jornais portugueses no século XX, foi escolhido um jornal de referência no panorama nacional, o Diário de Notícias, que afirmou essas características na década de 80. Fomos uma década atrás e acompanhámos a sua cobertura jornalística até ao final do século, em intervalos de cinco anos, e de forma comparada com outro jornal português, o Público, em 2000.

As variáveis histórica e comparada assumiram uma importância central na pesquisa. Não só os jornais mostraram ser um precioso recurso de investigação social, como também o cruzamento do “tempo social” com a situação institucional e a cultura editorial foram



fundamentais no desenhar não de uma mas de várias coberturas noticiosas e seus constrangimentos.

Como linhas de enquadramento para a leitura destas notícias, apreciámos, por um lado, o discurso jornalístico nas suas relações com formas de expressão literária como o realismo e o melodrama que vão pautar formas poderosas de relato, comentámos aspectos da cultura e do fazer jornalístico nas suas relações com o espaço, o tempo e os imaginários profissionais e sublinhamos a perspectiva sobre noticiabilidade que a enfatiza como um continuum entre selecção e transformação do acontecimento em notícia.

Por outro lado, mobilizando recursos de trabalhos recentes em áreas como a história, a sociologia e a antropologia da infância, construímos um quadro diferencial e extensivo de categorias criança, que desse sentido ao que iríamos encontrar nas notícias<sup>1</sup>. A diversidade e exaustividade de perspectivas permitiu dar resposta à nossa inquirição onde tanto interessava o que aparecia muito como o que aparecia pouco. O levantamento de categorias temáticas confirmou o potencial simbólico da infância com a construção social hegemónica da “criança”, singular e universal, como categoria por excelência da alteridade em relação ao “adulto”, da inocência e da dependência. A contextualização social mostrou, por outro lado, o confronto entre estes imaginários coesos e as realidades diversas e contraditórias dos membros mais novos nas sociedades contemporâneas. Também o seu potencial de implicação na experiência directa e pessoal (“os nossos filhos”) em tempos de procura de proximidade com o leitor e a sua experiência directa, por contraste com a não implicação ou menor implicação (“os filhos dos outros”), se afigurou estimulante para a análise das notícias. Este dispositivo de análise, a construção social da infância, constituiu pois um dos pilares da investigação quanto a um desenho de um “sentido de ordem”: o que procurar, como e porquê,

---

<sup>1</sup> Por exemplo: *Criança abandonada e maltratada*; *Criança assistida* (assistência pública e privada); *Criança pobre*; *Criança trabalhadora*; *Criança médico-sanitária* (foco em cuidados primários de saúde); *Criança aluno*; *Criança nacional* (foco na relação com a pátria e seus símbolos); *Criança psico-social* (foco em questões de comportamento); *Criança olímpica* (foco em crianças de famílias de elevado estatuto social); *Criança herói* (foco em crianças singulares e nas suas acções consideradas excepcionais); *Criança disputada* (foco em situações de disputa de posse, inclusão aqui do caso Elian Gonzalez); *Criança da ciência* (foco na intervenção científica, em particular da medicina); *Criança universal* (foco nos direitos da criança ou na situação mundial da infância); *Criança romântica* (construção da “criança inocente”); *Criança da família* (foco na família e nas suas relações); *Criança delinvente*; *Criança desaparecida e raptada*; *Criança traficada*; *Criança cidadã* (foco em práticas de participação social e na expressão da palavra pelas crianças); *Criança consumidora* (foco em produtos destinados a crianças); *Criança-soldado*; *Criança vítima de guerra e de catástrofes naturais*; *Pedofilia* (esta categoria foi isolada pela sua especificidade e visibilidade nos últimos anos).



acompanhado por outros pilares, nomeadamente o conhecimento e a reflexão sobre a cobertura jornalística da infância, na investigação académica e por parte de profissionais, em diferentes latitudes.

Ainda que com orientações e metodologias diferentes, os estudos internacionais que localizámos sobre esta cobertura destacaram a visibilidade recente e crescente dos mais novos nas notícias, coincidente com a orientação para o mercado e com a estreiteza da cobertura jornalística de campos como a vida política, económica e relações internacionais. Essa orientação para o mercado teve e tem custos políticos graves, conduz com frequência ao “esgotamento da compaixão” (Moeller, 1999), não se traduz numa cobertura jornalística que dê conta da complexidade da situação da infância e das crianças nas sociedades contemporâneas. Pelo contrário, a espectacularização das cruzadas morais e o intimismo, duas faces dessa mesma moeda que se manifestaram nos anos 90 nos Estados Unidos, nesta cobertura, tiveram manifestações numa redução política em que as fontes de autoridade policial emergiram como definidoras quase únicas, nas hard news sobre criminalidade juvenil, por exemplo, enquanto no espaço imenso das soft news se construiu um dispositivo de proximidade afectiva que é (também) uma forma de esconder o social.

Destes estudos e documentos de várias latitudes, ressalta com frequência a constatação de uma cultura jornalística transnacional, que se traduz numa valorização comum de temas e considerações sobre o que são as notícias neste campo. A frequência relativa dos temas e considerações sobre a sua noticiabilidade não são contudo coincidentes. O discurso de profissionais tende a valorizar o insólito, o negativo, o interesse humano: pensam nas crianças como sujeitos singulares, essencialmente como vítimas da violência e do crime. Nos jornais, encontramos como tema mais frequente a educação

### **O estudo longitudinal: notícias sobre crianças no Diário de Notícias (1970-2000)**

Na cobertura de notícias envolvendo os mais novos no Diário de Notícias, nas três últimas décadas do século XX, passou-se de um “proto-jornalismo” e de um jornalismo de militância política, para um “jornalismo moderno”, de independência e intervenção no espaço público mas onde a ruptura com o passado não foi consumada na “pequena notícia”, e



chegou-se a um jornalismo “pós-moderno”, com uma orientação da notícia para o leitor consumidor e os seus interesses individuais.

O “proto-jornalismo” é visível na construção dominante das 661 peças sobre crianças, em 1970, que mais não faziam do que transcrever para chumbo o texto do informante local (sem formação jornalística) ou as sumárias linhas do auto médico ou policial, construindo a criança vítima do “destino” em inúmeras peças de acidentes domésticos e de trabalho, a par da ausência de notícias sobre educação, num tempo em que apenas 18% dos alunos concluía o primeiro ciclo do ensino básico no tempo previsto. Num regime político que punia a liberdade de expressão e a crítica, a censura manifesta-se assim nestas notícias pela dissociação da ocorrência dos seus contextos sociais.

No jornalismo militante de 1975, ano que cobre o “período revolucionário” que se seguiu ao derrube do regime ditatorial, em 1974, e vivido em pleno nas suas contradições no interior da redacção do Diário de Notícias, deparamos com o menor número de peças sobre crianças (252 peças). São sobretudo a transcrição do comunicado partidário ou associativo, apelando à acção em prol das “crianças e dos velhinhos” como beneficiários da iniciativa “das massas”, ao lado do texto ideologicamente mobilizador da “construção do homem novo”.

Nos anos seguintes (1980, 1985 e 1990), com o jornal integrado no sector público da comunicação social, encontramos a afirmação de um jornalismo que tem na sobriedade do New York Times o seu modelo, que o consegue realizar nas páginas de Opinião e nos Suplementos, mas que resiste a uma transformação nas páginas da “informação geral” nestas notícias. O número de peças mantém-se estável nos dois primeiros anos (282 peças em 1980 e 298 em 1985), subindo significativamente em 1990 (408 peças).

Em 1995 e 2000, com o jornal integrado num grupo privado de comunicação social, a Lusomundo, encontramos um novo estilo informativo, mais conversacional, o grafismo no comando a subordinar o espaço do que é dito, o jornal a pensar-se como “produto” e a seguir a economia do audiovisual. Num tempo também ele de maior sensibilidade aos temas da infância e de emergências de redes de informação organizadas, a subida destas peças acentua-se: 431 peças recolhidas em 1995, 660 peças em 2000.

A análise longitudinal revelou também mudanças profundas na concepção dos espaços das notícias, entre a dimensão local, nacional e internacional, na sua relação com a sociedade em que o jornal circula, entre os anos 70 e os períodos seguintes.

Sob forte censura, a dimensão local sustentou a cobertura de 1970, por contraste com a quase ausência da dimensão nacional e esse recorte decorrente de constrangimentos políticos construiu a “criança fadada” pelo destino, fora da sociedade. Na cobertura de 1975, emerge o território nacional como palco do imaginário na construção do “homem novo”. Encontramos nos anos seguintes uma relação mais difusa entre jornalismo e os espaços sociais, com equilíbrio entre a dimensão local, nacional e internacional.

Nos anos 80, onde o Diário de Notícias afirmou um “jornalismo de referência” no panorama da imprensa em sociedade democrática, identificámos registos contraditórios: por um lado, registos minoritários na coluna, no comentário, na interpelação editorial, no texto de divulgação e por vezes de investigação; por outro, a notícia informativa redutora e reverente face às fontes oficiais, e a notícia de fait-divers na vasta secção da “informação geral” do corpo principal. Estes registos da notícia vão transformar-se no final dos anos 80, num processo lento que dá lugar a peças mais trabalhadas do ponto de vista da sua construção para o leitor, mais dinâmicas e centradas na substância, enquanto também se reforça um jornalismo investigativo nos espaços de Suplementos, centrado em problemas das crianças na sociedade portuguesa. No período mais recente, aumenta o número de peças, os textos reduzem-se, o comentário desaparece e mantém-se a escassez de investigação de fundo.

Nestes trinta anos, sublinhamos linhas de continuidade e de mudança sobre o que é notícia. A um primeiro olhar, são as segundas que parecem mais visíveis, agregadas a transformações na própria sociedade, associadas a novos temas e novas fontes de informação. Contudo, este dinamismo não significou o desaparecimento de temas perenes das agendas (como abandono e maus tratos, entre eles os acidentes), acontecimentos trabalhados muito mais pela “frequência do sinal”, como sucessão de eventos de série, do que pela sua interpelação pelo lado do social. Também conservador é o domínio de fontes oficiais e (algumas) fontes especializadas.

É com a entrada de jornalistas vindos de universidades, na segunda metade da década de 80, que se começa a instituir de forma mais sistemática na redacção informativa a ideia do “jornalista especializado”. Essa concepção é sobretudo associada a uma “mais valia no conhecimento das fontes”, a um aumento da capacidade de cobrir de forma mais intensa um determinado campo do social. É mais valorizada a rede de fontes (a “carteira de contactos”) do que o conhecimento do campo a cobrir, na sua complexidade social e histórica. Na



distribuição temática, uns campos do social têm mais visibilidade que outros. Entre os campos de menor visibilidade e a não justificar a atribuição de uma atenção regular encontra-se o dos “excluídos”, os da alteridade em relação à imagem estabilizada do leitor como “homem de meia idade”: as crianças, mas também os jovens, os idosos, as mulheres, os imigrantes e outras minorias sociais.

Há implícita mas incontornável uma orientação estável das questões da infância para as mulheres (mães, profissionais de educação), para leitores no feminino. Por contraponto, registamos a escassez de discursos a partir da economia, da política, do direito, das ciências sociais. A reduzida atenção aos problemas dos mais novos nas sociedades contemporâneas teve como tradução, nos tempos mais recentes, em que este grupo social começou a ter visibilidade pública e política e onde surgiram novas fontes de conhecimento e investigação, uma focagem na criança aluno, na criança da família, em forma crescente na criança em risco, ameaçada pelos novos consumos, pela insegurança (onde cresce o medo do “vizinho do lado” como potencial pedófilo), pelos perigos da televisão ou da Internet que operam dentro de casa. Os imaginários de experiência traduzidos para notícia mostram assim uma construção restrita deste grupo. A esfera doméstica e a responsabilidade individual das famílias predomina sobre a esfera pública e a responsabilidade social do Estado.

Se houve mudanças notórias nas formas da notícia, naquilo que reportam e nos estilos textuais como o fazem, destacamos contudo nestas notícias uma estabilidade que (porventura) se acentua por contraste com outras coberturas sociais: predomínio do “relato ligeiro e curto”, escassez de comentário, quase ausência de jornalismo de investigação. A cobertura jornalística da infância evidenciada na análise diacrónica foi pautada pela escassez de dispositivos de racionalização, por contraste com uma intensa presença de relatos informacionais e da construção “efabulada” da notícia.

Esta construção da notícia como “fábula social” decorre da recorrência do uso de estruturas textuais e de enquadramentos de fait-divers, em textos curtos e pré-formatados, com redução dos eventos a histórias de interesse humano como apontavam Curran et al (1980) ou ao puro registo despojado de contexto, que também constrói o mito, como sugeriam Bird e Dardenne (1988). Se o melodrama é hoje mais controlado na sua forma textual, por contraste com as notícias de acidentes de 1970, acentuou-se em 2000 a configuração dos



eventos como sucessão e somatório de casos singulares, em notícias sumárias, com personagens planas e moral implícita de que esta parece ser “a ordem natural” das coisas.

Estáveis foram também os enquadramentos deste grupo traçados pela pena dos próprios profissionais nos espaços híbridos de informação entretenimento. Encontramos com frequência a fusão entre a voz do jornalista e a voz popular no que apresentamos como construção da “criança romântica”: uma descrição poética da infância como tempo de pureza, inocência e despreocupação, acompanhada por vezes pela nostalgia de um passado perdido ou de uma “idade de ouro” que já não se verifica no presente. Estes textos do jornalista não como relator mas como porta-voz do senso comum estão no jornal, ocuparam espaço e que por muito marginais que se afigurem nos estudos sociológicos do jornalismo têm sentido serem interrogados sobre o seu porquê. Contribuem à sua medida para o sentido de ordem social, de coesão e de integração, “valores profundos” como os identificava Gans (1980), ainda que pouco presentes no imaginário do que é notícia e na sua fixação nos manuais de jornalismo. A facilidade do “falar próprio” neste campo, pela construção da “anedota” ou pela edificação da experiência do jornalista como testemunho pessoal, mostrou que em certas matérias mais “familiares” ao jornalista como “pessoa do mundo” a sua interpretação é menos distanciada e mais participada.

Nas construções de criança na notícia, encontramos sem esforço, sobretudo no noticiário internacional, a criança como líder simbólico das vítimas, a vítima suscitadora por excelência do “reflexo de lágrimas”, numa replicação continuada da “história exemplar” que é “o massacre dos inocentes”. Encontramos, lado a lado, a nostalgia da infância perdida, ilustrada pela ideia de que “as crianças já não são o que eram”, e o romantismo de um ideal universal da infância como “tempo de inocência e de felicidade”. Encontramos, também lado a lado, a criança amada, consagrada, sobretudo como “a nossa criança” e a criança hedonista, delinquente, “a outra”, das margens do social e em ascensão quantitativa nos noticiários nos últimos anos. Encontramos com frequência a “criança aluno” construída como “criança ignorante”, numa variante do passado mitificado da escola e dos seus saberes. Encontramos sobretudo a “criança ideal”, fora do mundo dos adultos, e poucas crianças com infâncias híbridas e dinâmicas, cruzando as suas experiências com experiências de mais velhos, com autonomia, desdobramento de actividades, saberes e conhecimentos. Encontramos finalmente escolhas nos dispositivos de enquadramento de ressonâncias culturais profundas e tradutoras



de grandes consensos naturalizados: a mulher mãe é central, construída como figura da atenção e do desvelo a quem se dão conselhos, ou como a outra, figura renegada e contra natura, que abandona ou rejeita a sua cria.

Nesta cobertura longitudinal, predominou pois o valor emocional dos mais novos sobre o seu valor político no sentido de pessoas com direitos, como a legislação internacional consagra há décadas. Como noutros campos de aparente proximidade afectiva e experiencial, não é difícil encontrar a ideia corrente de que as crianças dão boas imagens e boas histórias de interesse humano e de que não exigem grande especialidade para se falar delas.

### Estudo comparado entre jornais, em 2000

O estudo comparado das agendas do Público e do Diário de Notícias, em 2000, e entre jornais europeus, numa semana desse ano<sup>2</sup>, permitiu evidenciar a coesão do imaginário temático sobre os membros mais novos da sociedade.

Nos dois jornais portugueses, encontrámos os mesmos temas a ocuparem os três primeiros lugares na cobertura jornalística dos mais novos: a criança aluno, a criança disputada (por via da grande atenção ao caso Elian Gonzalez) e a criança assistida, tema abrangente onde a intervenção estatal e as políticas de protecção aos mais novos são protagonistas. A baixa variação nos dois jornais da frequência dos temas, como se pode ver no Quadro I, indicia assim um “imaginário partilhado”, socialmente ancorado, do que é notícia neste campo.

### Quadro I- Temas das notícias e sua variação no DN e Público em 2000

	DN	%	Público	%	Varição percentual
<b>Temas/Total das peças</b>	<b>660</b>	<b>100.0</b>	<b>561</b>	<b>100.0</b>	<b>0</b>
Criança abandonada e maltratada	39	5.9	32	5.7	0.2
Criança assistida	52	7.9	43	7.7	0.2
Criança pobre	11	1.7	3	0.5	1.1
Criança trabalhadora	18	2.7	10	1.8	0.9
Criança médico-sanitária	32	4.8	34	6.1	1.2
Criança aluno	76	11.5	97	17.3	5.8

<sup>2</sup> Foram analisados os jornais El País (Espanha), Le Monde (França) e The Guardian (Reino Unido), na primeira semana de Outubro de 2000.

Criança nacional	12	1.8	13	2.3	0.5
Acidentes	37	5.6	41	7.3	1.7
Criança psico-social	21	3.2	17	3.0	0.2
Criança olímpica	12	1.8	6	1.1	0.7
Criança herói, modelo	1	0.2	1	0.2	0.0
Criança disputada	64	9.7	63	11.2	1.5
Criança da ciência	19	2.9	13	2.3	0.6
Criança no mundo	11	1.7	12	2.1	0.5
Criança romântica	20	3.0	1	0.2	2.9
Nascimentos e ocorrências insólitas	5	0.8	3	0.5	0.2
Criança na família	24	3.6	15	2.7	1.0
Criança criminosa	38	5.8	29	5.2	0.6
Criança desaparecida, raptada	14	2.1	9	1.6	0.5
Criança traficada	16	2.4	8	1.4	1.0
Criança cidadã	13	2.0	9	1.6	0.4
Criança consumidora	28	4.2	27	4.8	0.6
Criança soldado	8	1.2	3	0.5	0.7
Criança vítima de guerra, de catástrofes	20	3.0	12	2.1	0.9
Pedofilia	37	5.6	40	7.1	1.5
Outras	32	4.8	22	3.9	0.9

Esta quase coincidência temática não significa, contudo, que tenham sido os mesmos eventos a serem noticiados nem que as formas de tratamento tenham coincidido. Em lugares de destaque (primeira página, em trabalhos jornalísticos de fundo, na secção Sociedade ou Educação, no tratamento singular da peça de ciência) encontrámos formas divergentes de exploração e de relato jornalístico: extensões diferentes do texto, variações nas assinaturas entre homens e mulheres jornalistas, no número de vozes externas nos relatos, na contextualização, no distanciamento, na espectacularização, entre a notícia, a reportagem de fundo ou o comentário, entre uma agenda mais orientada para o conhecimento do leitor como cidadão ou para a sua informação como consumidor.

Tal como em estudos internacionais sobre estas notícias, confirmou-se a liderança da educação nas agendas nacionais, tópico também ele de vasta abrangência e poder simbólico. Este tema domina hoje a cobertura nacional envolvendo os mais novos, em Portugal como nos Estados Unidos, em Singapura ou Brasil. Eminentemente político, constitui um tópico de vasta abrangência e poder simbólico (“todos fomos alunos”, a escola é o território perfeito da nostalgia, o campo por excelência do debate sobre o presente e o futuro de uma nação). Como tema estreitamente relacionado com a vida dos mais novos e a sua socialização para uma



conseguida substituição geracional, a educação é pois um tema de debate *público*, que envolve o interesse comum. Exige contudo, como as outras áreas, jornalistas conhecedores do seu território e da sua história, capazes de identificarem interesses estratégicos por parte de promotores cada vez melhor organizados do prisma comunicacional, com iniciativa para criarem eles também agenda, averiguando o que se passa nos bastidores de programas, projectos, números, condições de funcionamento. Jornalistas que sejam capazes, porque conhecedores, de fazerem a notícia de agenda e de irem além dela, num jornalismo investigativo e interpelativo. É nessa linha que “falar dos mais novos” na educação pode ser constituído jornalisticamente de forma rica, capaz de contribuir para o conhecimento do leitor enquanto cidadão, como o mostra a diversidade e a abrangência das orientações do Guião da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ)<sup>3</sup> para o seu tratamento.

Numa lógica de simplificação e de espectacularização, a educação permite operar com dispositivos de noticiabilidade baseados na visão binária do fenómeno e no recorte simplificado dos seus protagonistas e conteúdos: Estado/sociedade civil; ensino público/ensino privado; pais/professores; escolas *boas*/escolas *más*; alunos *ignorantes*/alunos *brilhantes*; investimentos/rendimentos, entre muitos outros. Será também um dos campos onde vozes alternativas maior dificuldade têm em se fazerem ouvir: entre todos os especialistas, os cientistas da educação aparecem num dos pontos mais baixos da escala do conhecimento pericial reconhecido pelos jornalistas.

O estudo comparado das coberturas em 2000 dos dois jornais portugueses revela como a organização interna dos dois diários portugueses condicionou o seu tratamento da educação, como o espaço afectado (páginas diárias ou ocasionais) e as condições de produção geraram coberturas de índole diferente, com maior ou menor dependência das fontes institucionais, maior ou menor capacidade de informar de forma contextualizada e de investigar desempenhos públicos neste campo.

A redacção, a sua cultura, liderança, prioridades no tempo e no espaço, as suas contingências e diversidade de sensibilidades e sentidos da profissão constituem-se assim neste campo de cobertura do social (que não é *tão* visível, que não tem protagonistas que vão a votos nem têm poder económico, onde as fontes organizadas não são tão proeminentes)

---

<sup>3</sup> In *The Media and Children's Rights. A practical introduction for media professionals*. Disponível no site da FIJ ou em <http://www.presswise.org.uk/handbook.htm>



como condicionantes por vezes desvalorizadas nos estudos sobre o jornalismo centrados em protagonistas da vida pública e nas suas influências. Salientamos este aspecto na medida em que ele sublinha a necessidade de estudar o global (o jornalismo) sem esquecer o local (as redacções, as suas histórias e as suas culturas).

Procurámos pois ter presente a redacção e a sua cultura editorial em transformação, perceber como estavam organizadas as redes informativas e quem eram os seus jornalistas. Encontramos nas salas de redacção profissionais experientes, com formação universitária, que entraram para o jornal num tempo em que a expressão “interesse público” fazia parte do seu imaginário. Encontramos nestes redactores, alguns prestes a abandonar a profissão, outros com mais de uma década de jornalismo, outros recém-chegados da universidade, vozes preocupadas com o rumo que a informação escrita vai tomando nestes anos de concorrência com o modelo hegemónico do audiovisual, em que as notícias são cada vez mais curtas, coloridas, personalizadas, próximas, calorosas, com ritmo e capazes de satisfazer o desejo mínimo de informação do comprador do jornal. Sublinhamos esta teia de relações (de idade, de género, de formação de base, de hierarquias) na redacção e onde não há necessariamente coincidência de interpretações sobre o que é notícia entre redactores, editores, responsáveis gráficos ou de marketing e directores, onde a disputa de significados é mais ou menos intensa.

Pensamos que para entender as notícias há que ter presente o espaço da sala de redacção e os seus confrontos, as heranças culturais em que operam os jornalistas como membros de uma sociedade, as formas de relato com que “traduzem” para os leitores a experiência social que reportam, o seu conhecimento dos temas que cobrem.

### **Por uma interpelação alargada da informação jornalística**

Como escreve Meditsch, considerar o jornalismo como modo de conhecimento implica aumentar a exigência sobre os seus conteúdos. Por isso, sob as formas mais diversas, é incontornável e imperiosa a reflexão pública sobre a informação jornalística que temos, o que não mostra, como enquadra o que mostra, e esse programa de atenção aos media noticiosos deve constituir também uma prioridade na cidadania, nas escolas ou em associações cívicas. Constituem ainda modos de transparência dos processos de produção da notícia que não deixam de afectar a “muralha de aço” com que muitas vezes os jornalistas e a



sua estrutura organizativa se auto-representam em nome de uma “legitimidade da profissão” acima de qualquer suspeita e inquérito.

No levantamento de vozes de profissionais dos cinco cantos do mundo, registámos o cansaço do discurso da “fatalidade”, a atenção ao sentido ético da sua profissão, a recusa em embarcar no cinismo político e no niilismo que percorre os media contemporâneos. Há hoje exemplos de que “outras formas de fazer jornalismo são possíveis” e de que cresce a atenção crítica a estas notícias: o trabalho da brasileira ANDI, no acompanhamento desta cobertura e promoção de “boas práticas”; os estudos de cientistas sociais sobre estas notícias, produzidos em estreita ligação com leitores marginalizados pelas notícias, como os jovens do Bronx nova-iorquino, e a sua crítica à cobertura dominante da criminalidade nas páginas do *New York Times*<sup>4</sup>; documentos da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ) sobre a cobertura deste grupo, envolvendo questões éticas e onde se destaca o Guião para os Profissionais dos Media, tendo como base Convenção dos Direitos das Crianças, produzido em estreita articulação com a UNICEF.

Há no jornalismo um potencial de conservação da ordem, do conhecido, do dado como adquirido e do imaginado como fazendo parte daquilo que o leitor espera, por contraste com as resistências que encontra o novo ou o perturbador. No entanto tal não significa a impossibilidade de “textos transformativos”, como os designa Fairclough (1995), quando sublinha a perspectiva dialéctica das relações entre os textos e a cultura e sociedade onde circulam: os textos são simultaneamente produtos socioculturais e constituintes de uma sociedade e cultura, não só reprodutivos mas também capazes de a transformar. Sem dúvida que os textos jornalísticos têm esse potencial transformativo, quando associam à sua imensa capacidade de chegar a vastos auditórios o sentido do *público* e do seu *interesse comum*.

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Jornalismo**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.



## Bibliografia

- Bird, S. E., & Dardenne, R. W. (1988). Exploring the Narrative Qualities of News. In J. W. Carey (Ed.), *Media, Myths and Narratives. Television and the Press* (pp. 67-86). Newbury Park: Sage. Traduzido em Traquina, N. (Ed.). (1993). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega.
- Camps, V. (1993). *Paradoxos do Individualismo*. Lisboa: Relógio d'Água, 1996.
- Carey, J. W. (2000). Some Personal Notes on US Journalism Education. *Journalism*, 1(1), 12-23.
- Curran, J., Douglas, A., & Whannel, G. (1980). The Political Economy of the Human-Interest Story. In A. Smith (Ed.), *Newspapers and Democracy* (pp. 288-347). Cambridge: MIT.
- Fairclough, N. (1995). *Media Discourse*. London: Edward Arnold.
- Gans, H. (1979). *Deciding What's News*. New York: Pantheon Books.
- Meditsch, E. (2002). O Jornalismo é uma forma de conhecimento? *Media & Jornalismo*, 1, 9-22.
- Moeller, S. (1999). *Compassion Fatigue. How the Media Sell Disease, Famine, War and Death*. New York: Routledge.
- Schudson, M. (2000). The Sociology of News Production Revisited (Again). In J. Curran & M. Gurevitch (Eds.), *Mass Media and Society* (pp. 175-200). London: Arnold.

---

<sup>4</sup> Este e outros estudos disponíveis no site We-interrupt-this-message (2001). *How the New York Times Frames Yourth*. San Francisco: [www.we-interrupt.org](http://www.we-interrupt.org)